



Número: **0072647-92.2019.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção B da 8ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **31/10/2019**

Valor da causa: **R\$ 80.000,00**

Assuntos: **Fornecimento de Água, Obrigação de Fazer / Não Fazer**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
EDIFICIO MORADA REAL DO POCO (AUTOR)		EVELINE MARIA MACHADO ANDRADE (ADVOGADO) LUIZ OTÁVIO DE SOUZA JORDÃO EMERENCIANO (ADVOGADO)	
Compesa (RÉU)		HERBERT MORAIS JUCA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
59112024	12/03/2020 05:19	Sentença	Sentença



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
Seção B da 8ª Vara Cível da Capital

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA
JOANA BEZERRA, RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810366

Processo nº **0072647-92.2019.8.17.2001**

AUTOR: EDIFICIO MORADA REAL DO POÇO

RÉU: COMPESA

SENTENÇA

Vistos etc.

Trata-se de ação de ação ordinária c/c pedido de indenização por danos materiais e tutela antecipada ajuizada por **CONDOMÍNIO EDIFÍCIO MORADA REAL DO POÇO** contra **COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO – COMPESA**, na qual a autora, afirma, em resumo, que vem esta sendo cobrada por um consumo excessivo desde 2009.

Alega a demandante ser um condomínio edilício que utiliza apenas os serviços de esgoto da ré, já que possui poço artesiano.

Ocorre que a parte ré não instalou qualquer hidrômetro no Condomínio demandante para medir a quantidade de água que vem tratando, mas mesmo assim, de forma ilegal, arbitrou uma quantidade mensal fixa, 416 m3 (quatrocentos e dezesseis metros cúbicos), como o volume de esgoto tratado, sem que tal valor tenha qualquer correspondência com a realidade.

Desta feita, ante o arbitramento ilegal e abusivo, sem qualquer parâmetro escorado na lei Estadual, e diante da tentativa de resolução de forma amigável sem êxito, vem a parte autora requerer a retificação do valor estipulado a título de taxa de esgoto mensal, bem como à devolução dos valores pagos em erro desde outubro de 2009.

Liminar indeferida ao ID 54275814, face ausência do requisito do perigo da demora.

Citada a ré contestou, sem preliminares, aduzindo a legalidade das cobranças e que o demandante não solicitou a instalação do hidrômetro.

Há réplica.

É o que importa relatar.

DECIDO:

Feito já instruído, passo a proferir sentença.

Sem preliminares, passo ao mérito.



A controvérsia da lide discute se devida ou não a cobrança da Compesa de tarifa de esgoto por estimativa.

Condomínio autor possui poço artesiano, pelo que paga à Compesa apenas pelo serviço de esgoto. Todavia, a demandada jamais providenciou a instalação do hidrômetro para apuração do correto valor que lhe era devido e afirma legal sua cobrança por estimativa baseada Regulamento Geral do Fornecimento de Água e Coleta de Esgoto – Decreto Estadual nº. 18251/94.

Ocorre que, não pode demandada esquivar-se de sua culpa, atribuindo responsabilidade ao autor pela sua inércia na instalação do hidrômetro, já que atribuições rotineiras suas. Tanto o é que, de pronto, providenciou a instalação do aludido equipamento, quando citado desta lide.

Assim, afere-se de precedentes judiciais que, em casos como esse, não havendo instrumento que realize a apuração do efetivo consumo, deve ser aplicada a tarifa mínima, qual seja, 10 m³, por unidade condominial, senão vejamos:

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.295.255 - RJ (2018/0116735-9) RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO AGRAVANTE : MARIA APARECIDA SILVA DE FARIAS AGRAVANTE : HELIO TAVARES DE FARIAS ADVOGADOS : JOÃO BOSCO WON HELD GONÇALVES DE FREITAS FILHO - RJ131907 VINICIUS CARREIRO HONORATO - RJ188176 CELIO FERNANDES SILVA JUNIOR - RJ198990 RUANA ARCAS MARTINS COSTA DE ANDRADE SILVA E OUTRO (S) - RJ209069 AGRAVADO : COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE ADVOGADOS : JAYME SOARES DA ROCHA FILHO - RJ081852 LEONARDO BRUNO BRIZZANTE CUPELLO - RJ100439 LUIS FELIPE SILVA SOMBRA E OUTRO (S) - RJ156825 DECISÃO PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIO. DANOS MORAIS. CONSTRUÇÃO DE POÇO ARTESIANO. INEXISTÊNCIA DOS VALORES COBRADOS. INCIDÊNCIA DE ENUNCIADOS DE SÚMULAS: 07 DO STJ E 283 DO STF. PRECEDENTE: **É DA CONCESSIONÁRIA A OBRIGAÇÃO DE INSTALAR O HIDRÔMETRO, A COBRANÇA, NO CASO DE INEXISTÊNCIA DO REFERIDO APARELHO, DEVE SER COBRADA PELA TARIFA MÍNIMA.** (RESP 1782672/RJ, REL. MINISTRO HERMAN BENJAMIN, DJE 29.05.2019. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL DA PARTICULAR A QUE SE NEGA PROVIMENTO. (grifos nossos)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. **AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. TARIFA DE ÁGUA E ESGOTO. COBRANÇA POR ESTIMATIVA. ILEGALIDADE. PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA.** 1. Esta Corte Superior entende que a tarifa de água deve ser calculada com base no consumo efetivamente medido no hidrômetro e que a tarifa por estimativa de consumo é ilegal por ensejar enriquecimento ilícito da concessionária. É da concessionária a obrigação pela instalação do hidrômetro, e a cobrança, no caso de inexistência do referido aparelho, deve ser cobrada pela tarifa mínima. 2. "O Superior Tribunal de Justiça adota a orientação firmada no REsp n. 1.117.903/RS (DJe 1º/2/2010), sob o rito dos recursos representativos da controvérsia, de que os serviços de fornecimento de água e esgoto são remunerados por preço público (tarifa), e não por taxa, razão por que não se lhes aplicam os prazos prescricionais do Código Tributário Nacional e do Decreto n. 20.910/1932. É vintenário o prazo prescricional da pretensão executiva atinente à tarifa por prestação de serviços de água e esgoto, cujo vencimento, na data da entrada em vigor do Código Civil de 2002, era superior a dez anos. Ao revés, cuidar-se-á de prazo prescricional decenal" (AgInt no AgInt no REsp 1.591.858/SP, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe 22/11/2016). 3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no REsp 1589490/RJ, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/03/2018, DJe 21/03/2018) Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III e IV, do CPC/2015 c/c o art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ, conheço em parte do recurso especial e, nessa extensão, nego-lhe provimento. Intimem-se.



Publique-se. Brasília (DF), 03 de fevereiro de 2020. MINISTRO MAURO CAMPBELL
MARQUES Relator (grifos nossos)

Diante do exposto, julgo procedente o feito para considerar como devida a tarifa mínima de 10m³ por cada unidade, perfazendo o total de 140 m³ por mês, já que condomínio conta com 14 apartamentos, condenando assim, a ré a devolver a diferença dos valores cobrados a maior desde outubro de 2009 até a data da instalação do hidrômetro, conforme por ela mesma noticiado, devidamente corrigidos pela tabela ENCOGE e juros de 1% ao mês.

Condeno ainda a ré a custas e honorários sucumbências de 15% sobre o valor da causa, nos termos do art. 85, § 2º do CPC.

Após o trânsito em julgado, venha autor com cumprimento de sentença, recolhendo as custas atinentes à espécie; advertindo às partes que havendo controvérsia quanto ao valor devido será designada perícia às custas do requerido, pelo que dialoguem doutos advogados, poupem tempo e despesas a seus clientes.

Registre-se, por fim, a partir da instalação do hidrômetro, cobrança será de acordo com o apurado em respectivo equipamento, promovam as partes compensação do art. 368 do CC.

RECIFE, 11 de março de 2020

Juiz(a) de Direito

rta

